



RIO GRANDE DO NORTE

LEI COMPLEMENTAR Nº 371, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre a organização do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, alterando a Lei Complementar 165, de 28 de abril de 1999, e a Lei Complementar 242, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam criados no âmbito do Poder Judiciário os Núcleos Regionais de Tecnologia da Informação, distribuídos da seguinte forma:

I - na Comarca de Natal, integrado por 10 (dez) Técnicos em Informática Judiciária e 04 (quatro) Assistentes em Informática Judiciária;

II - na Comarca de Mossoró, integrado por 02 (dois) Técnicos em Informática Judiciária e 02 (dois) Assistentes em Informática Judiciária;

III - na Comarca de Pau dos Ferros, integrado por 01 (um) Técnico em Informática Judiciária e 01 (um) Assistente em Informática Judiciária;

IV - na Comarca de Caicó, integrado por 01 (um) Técnico em Informática Judiciária e 01 (um) Assistente em Informática Judiciária.

Parágrafo único. Os Núcleos previstos neste artigo são órgãos integrantes do estrutura da Secretaria de Informática e terão a atribuição de executar projetos na área de tecnologia da informação e serviços de informática, como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de aplicativos, a gestão de redes, o suporte aos usuários e a realização de serviços de manutenção nos equipamentos, além de outras previstas em resolução do Tribunal de Justiça.

Art. 2º. O quadro administrativo das Comarcas e do Tribunal de Justiça obedecerá à seguinte lotação:

I - No Tribunal de Justiça, 04 (quatro) Analistas Judiciários e 02 (dois) Assistentes em Administração Judiciária na Presidência, 02 (dois) Analistas Judiciários, 01 (um) Assistente em Administração Judiciária e 01 (um) Técnico em Assistência

Judiciária, na especialidade ciências contábeis na Secretaria Geral, 07 (sete) Analistas Judiciários e 02 (dois) Assistentes em Administração Judiciária na Secretaria de Administração, 01 (um) Assistente em Administração Judiciária no Gabinete Militar, 02 (dois) Analistas Judiciários e 01 (um) Assistente em Administração Judiciária na Secretaria de Informática, 01 (um) Assistente em Administração Judiciária e 02 (dois) Técnicos em Assistência Judiciária na especialidade jornalismo na Secretaria de Comunicação Social, 03 (três) Analistas Judiciários, 01 (um) Assistente em Administração Judiciária e 01 (um) Técnico em Assistência Judiciária, na especialidade de ciências contábeis na Secretaria de Planejamento e Finanças, 03 (três) Analistas Judiciários, 01 (um) Assistente em Administração Judiciária e 01 (um) Técnico em Assistência Judiciária, na especialidade ciências contábeis na Coordenação do Controle Interno, 01 (um) Assistente em Administração Judiciária na Secretaria Judiciária, 04 (quatro) Técnicos em Assistência Judiciária na especialidade engenharia civil, 02 (dois) Técnicos em Assistência Judiciária na especialidade engenharia elétrica, 01 (um) Técnico em Assistência Judiciária na especialidade engenharia mecânica e 02 (dois) Técnicos em Assistência Judiciária na especialidade arquitetura no Departamento de Engenharia e Arquitetura;

II - Na Ouvidoria, 01 (um) Analista Judiciário e 01 (um) Assistente em Administração Judiciária;

III - Na Corregedoria de Justiça, 02 (dois) Analistas Judiciários, 02 (dois) Assistentes em Administração Judiciária e 01 (um) Técnico em Informática Judiciária;

IV - Na Escola da Magistratura – Esmarn, 01 (um) Analista Judiciário, 01 (um) Assistente em Administração Judiciária e 01 (um) Técnico em Informática Judiciária;

V - Na Direção da Revista do Tribunal de Justiça e no Conselho da Magistratura, 01 (um) Assistente em Administração Judiciária cada;

VI - na Direção do Foro da Comarca de Natal, 03 (três) Analistas Judiciários e 03 (três) Assistentes em Administração Judiciária;

VII - na Coordenação Estadual dos Juizados Especiais, 02 (dois) Analistas Judiciários e 01 (um) Assistente em Administração Judiciária;

VIII - na Direção do Foro da Comarca de Mossoró, 02 (dois) Analistas Judiciários e 01 (um) Assistente em Administração Judiciária;

IX - na Direção do Foro das demais Comarcas de terceira entrância, 01 (um) Analista Judiciário;

X - na Direção do Foro das Comarcas de segunda entrância, 01 (um) Assistente em Administração Judiciária.

Art. 3º. A prestação de serviços na área de saúde e assistência social e psicológica aos magistrados e servidores do Poder Judiciário será realizado pelos Núcleos da Saúde, vinculados à Divisão Médica e Social da estrutura administrativa da Secretaria de Administração.

§ 1º. Os Núcleos funcionarão:

I - na Comarca de Natal, com Técnicos em Assistência Judiciária nas seguintes especialidades: 02 (dois) na área médica, 02 (dois) em enfermagem, 02 (dois) em odontologia, 01 (um) em assistência social e 01 (um) em psicologia;

II - na Comarca de Mossoró, com Técnicos em Assistência Judiciária nas seguintes especialidades: 01 (um) na área médica, 01 (um) em enfermagem e 01 (um) em odontologia, 01 (um) em assistência social e 01 (um) em psicologia.

Parágrafo único. Os servidores do Núcleo poderão atuar em processos judiciais, como peritos, segundo designação dos magistrados.

Art. 4º. Fica criado no âmbito do Poder Judiciário o Núcleo de Orientação e Acompanhamento aos Usuários e Dependentes Químicos de Natal – NOADE, que tem como objetivo, além da prevenção, a recuperação e reinserção social e familiar dos usuários adultos, que respondam ou não a procedimento judicial, cabendo-lhe o gerenciamento das equipes interprofissionais a que alude o art. 205, da Lei Complementar 165, de 28 de abril de 1999.

Parágrafo único. O NOADE, vinculado à Nona Vara Criminal da Capital, funcionará com 03 (três) Técnicos Judiciários, 02 (dois) Auxiliares Técnicos, 02 (dois) Técnicos em Assistência Judiciária, na especialidade Assistente Social e 01 (um) Técnico em Assistência Judiciária, na especialidade Psicólogo, podendo este quadro ser acrescido por servidores integrantes de outros Poderes, mediante cessão.

Art. 5º. Os Núcleos de Contadoria Judicial são órgãos auxiliares dos juízos e têm atribuições de realizar estudos, perícias e cálculos de uma forma geral em processos judiciais.

§ 1º. Os núcleos previstos neste artigo serão distribuídos da seguinte forma, com a respectiva lotação:

I - Região I: na Comarca de Natal, com 07 (sete) Técnicos em Assistência Judiciária, na especialidade de ciências contábeis;

II - Região II: abrangendo as Comarcas de Macaíba, São Gonçalo do Amarante, São Paulo do Potengi, São Tomé, Santa Cruz, Tangará, São José do Campestre, Monte Alegre, São José de Mipibú, Nísia Floresta, Ares, Nova Cruz, Santo Antonio, Goianinha, Pedro Velho, Canguaretama e Parnamirim com sede nesta última e composto por 02 (dois) Técnicos em Assistência Judiciária, na especialidade de ciências contábeis;

III - Região III: abrangendo as Comarcas de Poço Branco, Taipu, João Câmara, Touros, São Bento do Norte, Lajes, Macau, Pendências, Afonso Bezerra, Pedro Avelino, São Rafael, Santana dos Matos, Angicos e Ceará-Mirim, com sede nesta última e composto por 01 (um) Técnico em Assistência Judiciária, na especialidade de ciências contábeis;

IV - Região IV: abrangendo as Comarcas de Apodi, Campo Grande, Caraúbas, Gov. Dix-Sept Rosado, Upanema, Areia Branca, Baraúna, Açu, Ipanguaçu e Mossoró, com sede nesta última e composto por 02 (dois) Técnicos em Assistência Judiciária, na especialidade de ciências contábeis;

V - Região V: abrangendo as Comarcas de Florânia, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte, Currais Novos, Acari, Parelhas, Cruzeta e Caicó, com sede nesta última e composto por 01 (um) Técnico em Assistência Judiciária, na especialidade de ciências contábeis;

VI - Região VI: abrangendo as Comarcas de Janduís, Patu, Umarizal, Alexandria, Almino Afonso, Luiz Gomes, Marcelino Vieira, Martins, Portalegre, São Miguel e Pau dos Ferros, com sede nesta última e composto por 01 (um) Técnico em Assistência Judiciária, na especialidade de ciências contábeis.

§ 2º. Os órgãos previstos no **caput** neste artigo ficam subordinados as diretrizes do foro das comarcas-sede.

Art. 6º. O artigo 183 da Lei Complementar n.º 165, de 28 de abril de 1999, alterado pela Lei Complementar n.º 344, de 30 de maio de 2007, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 4º. A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça terá em seus quadros 10 (dez) Técnicos Judiciários, 07 (sete) Auxiliares Técnicos e 08 (oito) Oficiais de Justiça”

“§ 5º. Comporão os gabinetes judiciais dos Desembargadores, 01 (um) Técnico Judiciário e 01 (um) Auxiliar Técnico”.

Art. 7º. O artigo 119, inciso X, da Lei Complementar 165, de 28 de abril de 1999, passe a vigorar com a seguinte redação e acrescidos dos seguintes parágrafos:

“Art 119.

X - realizar correição na vara ou juizado especiais de que seja titular, pelo menos uma vez por ano, remetendo relatório circunstanciado à Corregedoria de Justiça, no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 1º A correição também deve ser procedida em estabelecimentos prisionais e entidades de atendimento a adolescentes e crianças em situação de risco, de acordo com a competência do juízo.

§ 2º O magistrado que tiver sob fiscalização ofícios extrajudiciais está, igualmente, obrigado do dever no mencionado inciso X.”

Art. 8º. Os artigos 204, 205 e 206, da Lei Complementar 165, de 28 de abril de 1999, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 204. Perante cada Vara de Família da Capital, funciona uma equipe interprofissional composta de dois Técnicos em Assistência Judiciária, na especialidade de Psicologia e dois Técnicos em Assistência Judiciária, na especialidade de Assistência Social.

Art. 205. Perante cada Vara Criminal da Capital com competência para os crimes relativos a entorpecentes e para a execução penal, funciona uma equipe interprofissional composta de dois Técnicos em Assistência Judiciária, na especialidade de Psicologia, dois Técnicos em Assistência Judiciária, na especialidade de Assistência Social, um Médico Psiquiatra.

Art. 206. Perante cada Vara da Infância e da Juventude da Capital, funciona uma equipe interprofissional composta de dois Técnicos em Assistência Judiciária, na especialidade de Psicologia, dois Técnicos em Assistência Judiciária, na especialidade de Assistência Social, um Pedagogo Judiciário, um Sociólogo Judiciário, um Médico Psiquiatra Judiciário e dez Agentes Judiciários de Proteção.”

Art. 9º. Fica incluído o art. 206-A na Lei Complementar 165, de 28 de abril de 1999, com a seguinte redação:

“Art. 206-A. Perante cada Vara Cível Especializada (19ª e 20ª), funcionará uma equipe interprofissional composta de um Médico Psiquiatra Judiciário e dois Técnicos em Assistência Judiciária, na especialidade de Assistente Social.”

Art. 10. As despesas resultantes da execução desta Lei Complementar correm a conta das dotações consignadas ao Poder Judiciário no Orçamento Geral do Estado.

Art. 11. A eficácia do disposto nesta Lei Complementar fica condicionada ao atendimento do artigo 169 da Constituição Federal e das normas pertinentes da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor a partir da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, 19 de novembro de 2008, 187º da Independência e 120º da República.

WILMA MARIA DE FARIA
Governadora
Paulo César Medeiros de Oliveira Júnior